



1ª Reunião Preparatória
XIV Encontro Nacional
do Poder Judiciário

RELATÓRIO

Brasília, junho de 2020



Poder
Judiciário

Realização:



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Candice Lavocat Galvão Jobim

Tânia Regina Silva Reckziegel

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

André Luis Guimarães Godinho

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral

Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas,

Pesquisas e Gestão Estratégica

Richard Pae Kim

Diretor-Geral

Johaness Eck

ORGANIZAÇÃO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (DGE)

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Gabriela Teixeira da Cunha Lobo

Marcos Vinícius Silva Campos

Natascha Barreto de Almeida Rangel

Sumário

Introdução	3
Solenidade de abertura	4
Lançamento do DATAJUD	5
Premiação do Selo CNJ de Desburocratização	7
Reuniões Setoriais	9
Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020	11
Debate – Poder Judiciário em Tempos de Covid-19	13
Painel – Desafios do Poder Judiciário e Proposta de Metas para a Nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026	14
Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2020	16
Encerramento	17

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 25 de maio de 2020, a 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário. Excepcionalmente, o evento foi realizado virtualmente, como medida de prevenção ao contágio do novo coronavírus (Covid-19).

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 1ª Reunião Preparatória teve como objetivo analisar o acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, refletir sobre as políticas e programas do Poder Judiciário em execução e das Metas para a nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, realizar a premiação do Selo CNJ de Desburocratização, bem como lançar o Prêmio CNJ de Qualidade 2020.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor de forma resumida o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, links e imagens dos principais acontecimentos.

O vídeo de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento pode ser acessado pelo link: [1ª Reunião Preparatória – XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário](#).

Solenidade de abertura

A solenidade de abertura foi realizada pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins; pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho de Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha; e pela presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi.

Com a palavra, o ministro Humberto Martins agradeceu a presença de todos, destacou o lançamento do DATAJUD, enfatizando que agora os dados relevantes relacionados aos processos judiciais estão reunidos em uma única base, o que simplificará cadastros, sistemas e rotinas por parte dos magistrados e servidores do Poder Judiciário. Além disso, o ministro discorreu brevemente sobre os principais temas a serem tratados na Reunião e aproveitou para parabenizar os tribunais premiados com o Selo CNJ de Desburocratização, desejando que tais práticas possam vir a ser replicadas por outros tribunais.

Por fim, o ministro corregedor ressaltou que, somente com o engajamento de todos, é possível construir um Poder Judiciário cada vez mais democrático e transparente, que colabore de modo efetivo para a concretização de uma sociedade livre, justa, humana e solidária, preconizada como um dos objetivos fundamentais da nossa Constituição.

Em seguida, o ministro João Otávio de Noronha expôs a percepção de que o atual momento de pandemia vivido no país reforça ainda mais a importância do Poder Judiciário. Diante disso, o ministro salientou a necessidade de fortalecer a gestão de riscos, de forma a permitir a identificação tempestivamente de possíveis desafios e discutir soluções para superá-los. Além disso, o ministro João Otávio de Noronha ressaltou que o Judiciário brasileiro é uma máquina extremamente produtiva e, justamente por esse motivo, conclamou a todos para que o foco seja sempre a gestão inteligente do Poder Judiciário.

Ainda com a palavra, o ministro João Otávio de Noronha enfatizou que o Judiciário deve se reinventar cada vez mais e apresentou alguns questionamentos relacionados à gestão administrativa e processual dos tribunais. O ministro pontuou que essas são questões fundamentais a serem debatidas na elaboração da nova Estratégia do Poder Judiciário.

Em seguida, a ministra Maria Cristina Peduzzi ressaltou a responsabilidade de refletirmos sobre o ciclo da estratégia que se encerra no ano de 2020 e pensarmos de forma prospectiva sobre o ciclo que irá se iniciar em 2021. A ministra expressou o desafio de enfrentar as tensões decorrentes da pandemia e afirmou que o momento clama por cooperação para podermos alcançar o estado de equilíbrio e harmonia, que se coaduna com o papel do Judiciário.

Lançamento do DATAJUD

Posteriormente à solenidade de abertura, compuseram a mesa para apresentação do lançamento do DATAJUD o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Richard Pae Kim, o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Carl Olav Smith, e o diretor técnico do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Igor Guimarães Pedreira.

Com a palavra, o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Carl Olav Smith, anunciou o lançamento do DATAJUD e declarou que o sistema é fruto da dedicação das equipes do Departamento de Pesquisas Judiciárias, do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ e do apoio incondicional do ministro presidente Dias Toffoli durante os últimos 18 meses. Carl Smith salientou que o DATAJUD materializa uma base de dados processuais única para o Poder Judiciário, alimentada exclusivamente por meio de integração com os sistemas de processo eletrônico dos tribunais, na qual serão agregadas informações sobre as partes, os advogados, as classes, os assuntos e os movimentos processuais de todos os processos judiciais em trâmite no país.

Dessa forma, o DATAJUD produzirá efeitos imediatos na gestão dos tribunais, na medida em que a primeira consequência de sua consolidação será a eliminação de quase todos os cadastros criados pelo CNJ com o objetivo de recolher informações sobre os processos em andamento no país, como módulo de produtividade, Justiça em Números, metas nacionais e Justiça pela Paz em Casa. Subsistirão, por ora, apenas os cadastros que consolidem também informações extraprocessuais ou agreguem algum valor à informação processual, como o Cadastro Nacional de Adoção e o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei.

Ainda, o juiz auxiliar da Presidência informou que, no curto prazo, o DATAJUD, com o compromisso do CNJ e dos tribunais, evitará inúmeras demandas pontuais sobre informações processuais que são rotineiramente encaminhadas pelo CNJ. Além disso, após os dados do DATAJUD serem validados pelos tribunais, o sistema passará a dispor de uma base capaz de fornecer informações detalhadas e atualizadas sobre processos judiciais. Dessa forma, o DATAJUD permitirá a realização de gestão pública judiciária calcada na realidade efetivamente observada em cada segmento da Justiça e em cada região do país, assegurando o aperfeiçoamento do desenho das políticas judiciárias de âmbito nacional, regional e local.

Com a palavra, o diretor técnico do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Igor Guimarães, apresentou o DATAJUD, perpassando por sua definição, as possibilidades de levantamentos, pesquisas e diagnósticos oferecidas pelo sistema.



Com a palavra, o juiz Carl Olav Smith ressaltou que o funcionamento pleno da ferramenta depende da colaboração dos tribunais, sendo que resta a confirmação dos dados inseridos no sistema por parte desses tribunais. Para tanto, foi elaborado cronograma envolvendo as áreas técnicas dos tribunais e conselhos e, em paralelo, haverá workshop sobre ciência de dados e estatística, para capacitar os técnicos e expandir possibilidades de ampliação dessa base.

Por fim, o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Richard Pae Kim, ressaltou a importância do DATAJUD no sentido de obter informações fidedignas, eficientes e uma gestão de dados exemplar para o Poder Judiciário, além de ser instrumento valioso no âmbito de cada tribunal para a realização de suas políticas judiciárias.

Premiação do Selo CNJ de Desburocratização

Para a premiação do Selo CNJ de Desburocratização, foram convidados a compor a mesa o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Richard Pae Kim, o diretor-geral do Conselho Nacional de Justiça, Johanness Eck, e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva.

Com a palavra, o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Richard Pae Kim, salientou que o Selo CNJ de Desburocratização foi criado com o intuito de disseminar boas práticas voltadas à simplificação de procedimentos e tarefas e que contribuem para promover a modernização dos serviços prestados no âmbito do Poder Judiciário. Pelo Selo, o Secretário afirmou que o objetivo é reconhecer e valorizar os tribunais que têm atuado de forma inovadora, buscando, assim, o aprimoramento dos serviços prestados não só no âmbito judicial, mas também no administrativo.

Em seguida, o diretor-geral, Johanness Eck, relatou o trabalho da comissão de avaliação do Selo, que subsidiou a decisão dos conselheiros do CNJ para a concessão da premiação. Enfatizou que, durante a análise das práticas, foi dada ênfase nas que apresentaram resultados notórios pela eficiência, eficácia e efetividade. Aproveitou a oportunidade para agradecer os tribunais que participaram e enviaram suas práticas.

Após a fala do diretor-geral, foi transmitido vídeo a respeito de todas as etapas percorridas até a escolha das 14 práticas vencedoras, quais sejam:

- ▶ Automatização do Controle de Petições Recursais Incidentais – STJ;
- ▶ Automatização do Controle de Baixa de Processos com Decisão Monocrática – STJ;
- ▶ Central de Atendimento ao Público – CAP – TJRS;
- ▶ Central de Cumprimento Cartorário – CCC – TJRS;
- ▶ Projeto Desavolumar – Banco de Estatutos Sociais – TJRS;
- ▶ Desarq – TJRO;
- ▶ Juliet – Justiça, Laboratório de Inovação Gerencial e Tecnologia da Informação – TJAP;
- ▶ Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos – Infodip – TRE PR;
- ▶ Gestão Cartorária Participativa: Desburocratização e Resultados Mais Impactantes para a Sociedade – TJPE;
- ▶ Criação da ADJ – Saúde para o Estado do RN, no Creta e no PJe – TRF 5ª Região;
- ▶ Juizado Especial Criminal Conectado – TJAM;
- ▶ Flexibilização das Pautas de Audiência de Transação Penal – TJMT;

- ▶ Projeto Pare! Concilie e Siga – TJSE; e
- ▶ Descomplica INSS – Inversão de Fluxo de Processos e Automação de Cálculos de Acordos Previdenciários – TRF 1ª Região.

Com a palavra, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica incentivou os tribunais a continuar cadastrando suas propostas de boas práticas pelo Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário, em todos os eixos temáticos disponíveis no portal, com o intuito de disseminar boas práticas para a melhoria da prestação do serviço jurisdicional.

Por fim, em nome do presidente Dias Toffoli, Richard Pae Kim cumprimentou nominalmente todos os premiados pelas práticas laureadas com o Selo.

Mesa da Premiação do Selo CNJ de Desburocratização



Reuniões Setoriais



Videokonferência – Reuniões Setoriais

As reuniões setoriais foram realizadas de forma simultânea na manhã do dia 25 de maio com o objetivo de apresentar os projetos das Comissões Permanentes do CNJ. Nas Reuniões Setoriais, os participantes tiveram a oportunidade de debater sobre diversos temas, distribuídos em nove salas setoriais virtuais, conforme descrito abaixo:

1. Criação e implementação do Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência

Coordenação: conselheira Maria Cristiana Ziouva

2. Justiça Restaurativa – Implantação e expansão

Coordenação: conselheiro Luiz Fernando Keppen

3. Meta 9 e seus planos de ações

Coordenação: conselheira Maria Tereza Uille

4. Novas tendências em matéria de cooperação judiciária interna e externa

Coordenação: conselheiro Mário Guerreiro

5. O aprimoramento na gestão de informações, documentos e memória do Judiciário

Coordenação: conselheiro Marcos Vinícius Rodrigues

6. Programa da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos para o ano de 2020: XV Semana da Conciliação, XI Prêmio “Conciliar é Legal” e Cursos do CNJ para capacitação de mediadores e conciliadores na modalidade a distância

Coordenação: juízes auxiliares Carl Olav Smith e Livia Cristina Marques Peres

7. O papel do Judiciário no aprimoramento da política pública de saúde brasileira

Coordenação: conselheira Candice Jobim

8. PJE e a transformação digital da jurisdição

Coordenação: conselheiro Rubens Canuto

9. Corregedoria Nacional de Justiça e Corregedores Regionais

Coordenação: corregedor nacional de Justiça Ministro Humberto Martins

Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020

Para a apresentação do Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, foram convidados a compor a mesa o presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, conselheiro Luiz Fernando Tomasi Keppen, o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Richard Pae Kim, e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva.

O painel teve por objetivo realizar a apresentação dos dados contidos no Relatório de Acompanhamento da Estratégia Nacional – biênio 2018/2019 e dos Resultados das Metas Nacionais 2019, o qual possui a finalidade de verificar o desenvolvimento e os resultados de projetos que tenham causado maior impacto para o alcance dos Macrodesafios e os fatores que impactaram no cumprimento das Metas Nacionais.

O conselheiro Luiz Fernando Keppen iniciou sua exposição destacando os impactos da pandemia causada pela Covid-19 na forma de trabalho do Poder Judiciário, com significativas alterações de rotina e formas de comunicação. Informou que, atenta a essa nova realidade, a presidência do CNJ instituiu grupo de trabalho, cujo objetivo é avaliar o impacto da pandemia sobre as metas nacionais do Poder Judiciário, de forma a verificar sua consequência sobre a produtividade dos tribunais e a consecução das metas no período.



Apresentação do Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020

Em seguida, o secretário especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica, Richard Pae Kim, apresentou dados advindos do acompanhamento da Estratégia Nacional no ano de 2019 e destacou os resultados positivos no desempenho dos tribunais quanto ao cumprimento das metas. Richard Pae Kim ressal-



tou também que o ano de 2020 será o último ano do ciclo da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e que, a despeito da pandemia, deve-se buscar alcançar os objetivos traçados.

Logo após, foi exibido vídeo demonstrando os resultados, meta por meta, dos tribunais na execução da Estratégia Nacional, dando destaque aos tribunais que obtiveram os melhores desempenhos dentro de seus respectivos segmentos de justiça.

Com a palavra, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva, apresentou os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário de Avaliação da Estratégia Nacional. A diretora informou que a pesquisa foi dividida em duas seções: acompanhamento de execução da estratégia, a fim de verificar a realização de iniciativas estratégicas para o alcance dos Macrodesafios nos anos de 2018/2019, e aprendizagem na execução das Metas Nacionais do Poder Judiciário referente ao ano de 2019.

Debate - Poder Judiciário em Tempos de Covid-19

Compuseram a mesa para a apresentação do debate – Poder Judiciário em Tempos de Covid-19 –, o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Carlos Viera Von Adamek, o conselheiro do CNJ André Godinho e o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Miguel Ângelo Alvarenga Lopes.

Com a palavra, o conselheiro do CNJ André Godinho expôs sobre a atuação do Poder Judiciário em meio à pandemia, em especial sobre as medidas adotadas pelo CNJ de combate ao Covid-19, como a edição de 26 atos normativos e as principais decisões proferidas no âmbito do Conselho em procedimentos concretos. O conselheiro afirmou que, no momento atual de pandemia, o objetivo maior do CNJ é prever as situações que podem vir a ocorrer e, diante disso, editar normativos gerais que podem e devem ser complementados pelos tribunais, garantindo a efetividade jurisdicional, a segurança jurídica e a preservação da saúde de todos.

Em seguida, o secretário-geral do CNJ, Carlos Von Adamek, ressaltou o cuidado e a preocupação do CNJ em permitir a aplicação apenas de atos processuais que não violassem o direito de ampla defesa das partes.

Com a palavra, o juiz auxiliar da corregedoria do CNJ, Miguel Ângelo Lopes, discorreu a respeito de medidas tomadas pelo CNJ, em especial pela corregedoria, no sentido de combater a pandemia. Entre as medidas adotadas, o juiz auxiliar da corregedoria citou atos normativos implementados para garantir a saúde de magistrados, servidores, delegatários e seus colaboradores. Destacou, ainda, que, apesar das condições adversas, a Corregedoria manteve o cronograma de trabalho, por meio de inspeções remotas, pelo julgamento de processos administrativos e, principalmente, com a edição de diversos atos normativos relacionados à atividade extrajudicial brasileira.



Apresentação do debate – Poder Judiciário em Tempos de Covid-19

Painel -Desafios de Poder Judiciário e Proposta de Metas para a Nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

Para a apresentação do painel Desafios do Poder Judiciário e Proposta de Metas para a Nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, foram convidados a compor a mesa o secretário adjunto especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Carl Olav Smith, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva, e a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Moreira de Azevedo.



Apresentação do Painel – Desafios do Poder Judiciário e Proposta de Metas para a Nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

Com a palavra, o secretário adjunto especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Carl Smith, salientou a relevância do ano de 2020 para os tribunais, visto que, além de ser o último ano do ciclo da Estratégia 2015-2020, é também o ano em que os tribunais devem formular o planejamento estratégico para o próximo sexênio. O secretário adjunto ponderou a necessidade de considerar, quando na formulação de metas e nos desdobramentos de indicadores de desempenho, não apenas os termos das metas judiciais, mas também a estrutura administrativa e outras perspectivas. A intenção é pensar na construção de metas calcadas nos Macrodesafios e nos indicadores de desempenho e sempre com a visão de tentar trazer para o campo do planejamento, programas, ações e projetos atrelados aos Macrodesafios.

Em seguida, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Gomes, apresentou os indicadores de desempenho que foram construídos e elaborados juntamente com a Rede de Governança Colaborativa. A diretora do DGE



destacou a necessidade de que as próximas propostas de metas sejam embasadas nesses indicadores, visto que muitos deles já são objeto de pesquisa e análise pelo CNJ. A diretora informou, ainda, que o Departamento de Gestão Estratégica enviará documento de monitoramento da Estratégia Nacional para auxiliar os tribunais nas formulações de seus planejamentos estratégicos.

A diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares, detalhou a construção dos indicadores e discorreu sobre o seu comportamento em série histórica.

Finalizando, o secretário adjunto apontou que o objetivo do painel foi demonstrar como os indicadores podem ser desdobrados em metas, ações, projetos e programas e, também, que esses projetos/programas/ações podem abranger mais de uma meta.

Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2020

Compuseram a mesa para o lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, juiz Richard Pae Kim, e a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Moreira de Azevedo.

Inicialmente o secretário detalhou as mudanças ocorridas no Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2020. Entre as alterações, destacou a integração de quatro eixos temáticos, quais sejam: governança, produtividade, transparência e dados e tecnologia. Além disso, informou que haverá nova forma de premiação por segmento de justiça, que promoverá forma mais paritária de julgamento e premiação.

A diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares, especificou as categorias e os requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, em especial os requisitos alterados para atender os indicadores dos Macrodesafios, bem como destacou a relevância do DATAJUD dentro da premiação. A diretora também esclareceu como será a avaliação do prêmio em meio à pandemia de Covid-19, informando que esse aspecto será levado em consideração pelo CNJ ao realizar as análises dos dados.

Encerrando a mesa, o juiz Richard Pae Kim ressaltou os esforços do CNJ em atender as reivindicações dos tribunais quanto ao prêmio CNJ de Qualidade, uma vez que diversas sugestões foram avaliadas e realizadas de modo a aperfeiçoar o prêmio.



Mesa para o lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade

Encerramento

Subsequentemente ao lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2020, iniciou-se o encerramento da 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário. Compuseram a mesa de encerramento o secretário-geral, desembargador Carlos Vieira Von Adamek, e o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, juiz Richard Pae Kim.

O secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica agradeceu a presença de todos e trouxe uma frase que seria proferida pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli, em seu discurso de abertura desta reunião, qual seja: “somente com o engajamento de todos é possível construir um Judiciário cada vez mais democrático e transparente e que colabore de modo efetivo para a concretização de uma sociedade livre, justa e solidária, preconizada como um dos objetivos fundamentais da Constituição de 1988. E é nesse espírito de colaboração que tem sido feito o trabalho do Conselho Nacional de Justiça e de todos os tribunais”.

O secretário-geral do CNJ agradeceu em especial o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Gestão Estratégica e pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, que se empenharam em realizar o evento de forma virtual, e finalizou desejando que a 2ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário obtenha o êxito alcançado em suas versões anteriores.



**1ª Reunião Preparatória
XIV Encontro Nacional
do Poder Judiciário**

Realização:



Poder
Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA